



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” Nº 039/2018, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Nível Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – 2018/2

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, o Estatuto aprovado pela Resolução nº 01/2009, do dia 17/08/2009, publicada no DOU de 21/08/2009 e Portaria nº 284 de 17 de fevereiro de 2017, publicado no DOU de 24/02/2017, Seção 2, página 26 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar “ad referendum” o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Nível Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – 2018/2, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Uberaba, 23 de novembro de 2018.

José Antônio Bessa
Presidente Substituto do Conselho Superior do IFTM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NÍVEL LATO SENSU EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INCLUSIVA

UBERABA
Novembro/2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Romero Portella Raposo Filho

REITOR
Roberto Gil Rodrigues Almeida

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Humberto Marcondes Estevão

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Danielle Freire Paoloni

DIRETOR GERAL
Marcelo Ponciano da Silva

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	5
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	6
3 ASPECTOS LEGAIS	6
4 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS.....	8
5 JUSTIFICATIVA	10
6 OBJETIVOS.....	10
7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR - IFTM	10
8 PERFIL DO EGRESSO	12
9 LINHAS DE PESQUISA	12
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	13
11 UNIDADES CURRICULARES	15
12 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	24
13 ATIVIDADES ACADÊMICAS	25
14 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	27
15 AVALIAÇÃO	28
16 FREQUENCIA	31
17 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	31
18 ATENDIMENTO AO DISCENTE	31
19 CORPO DOCENTE DO CURSO.....	33
20 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO CAMPUS.....	33
21 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FORMAÇÃO	34
22 TECNOLOGIA (PARA CURSOS A DISTÂNCIA)	34
23 AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO.....	34
24 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	39
25 CERTIFICAÇÃO	40
26 INDICADORES DE DESEMPENHO	41

“A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.”

Paulo Freire

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL
<p>Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO</p>
<p>Campus: Avançado Uberaba – Parque Tecnológico</p>
<p>CNPJ: 10.695.891/0001-00</p>
<p>Endereço: Av. Dr. Florestan Fernandes, 131 - Univerdecidade</p>
<p>Cidade: Uberaba</p>
<p>Telefone: 34-3326-1400</p>
<p>Site: http://www.iftm.edu.br/uraparquetecnologico/</p>
<p>E-mail: dg.av.upt@iftm.edu.br</p>
<p>Endereço da Reitoria: Av. Doutor Randolpho Borges Júnior, 2900 – Univerdecidade – CEP 38.064-300 Uberaba- MG</p>
<p>Telefones da Reitoria: (34) 3326-1100</p>
<p>Site da Reitoria: http://www.iftm.edu.br</p>
<p>FAX da Reitoria: (34) 3326-1101</p>
<p>Mantenedora: Ministério da Educação – MEC</p>
<p>Supervisora: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).</p>

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Curso:	Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.
Público alvo:	O curso se destina aos servidores da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com prioridade para aqueles profissionais atuantes no âmbito da educação inclusiva na rede EPT. Docentes e Técnicos administrativos em educação vinculados aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) e aos
Titulação Conferida:	Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva
Modalidade:	Educação a Distância
Áreas do conhecimento	
Grande área	7.08.00.00-6 Educação
Área	7.08.04.00-1 Ensino-Aprendizagem
Subárea:	7.08.04.03-6 Tecnologia Educacional
Turno de funcionamento:	Curso a Distância, com encontros presenciais
Integralização:	Mínima: 14 meses Máxima: 28 semestres
Nº de vagas	700 vagas
Ano da primeira	2018
Comissão responsável pela revisão e atualização do projeto:	
<p>Juno Alexandre Vieira Carneiro (membro externo)</p> <p>Lívia Mara Menezes Lopes</p> <p>Marina Beatriz Ferreira Vallim</p> <p>Rutiléia Maria de Lima Portes (presidente)</p>	

3. ASPECTOS LEGAIS

3.1. Legislação referente à criação

- RESOLUÇÃO Nº 30/2012, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012 (SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MEC – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO), que dispõe sobre o regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
- RESOLUÇÃO Nº 49/2014, DE 26 DE AGOSTO DE 2014, (SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MEC – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO), que trata do Regulamento dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
- RESOLUÇÃO Nº1, DE 11 DE MARÇO DE 2016 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, que estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância.
- DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades Educativas Especiais, 1994.
- Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008.

<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 13146/2015 – Estatuto da pessoa com Deficiência. • Lei nº 13.409/2016 – Estabelece cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos e processos seletivos na rede federal de educação.
3.1. Criação
Portaria nº XX, de X de novembro de 2018, que designa os membros da comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.
3.1.2. Resolução Conselho Superior

4. BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE TECNOLÓGICO
<p>O Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM –, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No seu processo instituinte estão presentes, compondo sua estrutura organizacional, uma Reitoria localizada em Uberaba, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia e as Unidades de Educação Descentralizadas de Paracatu e de Ituiutaba que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição, passando a denominar-se, respectivamente, Campus Uberaba, Campus Uberlândia, Campus Paracatu e Campus Ituiutaba.</p> <p>Assim como os demais Institutos Federais, o IFTM disponibiliza a oferta da educação nos dois níveis de ensino e suas modalidades, permitindo o ingresso do estudante desde</p>

o ensino médio/técnico até o nível de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. O Instituto tem como finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. O IFTM é composto, atualmente, pelos Campi Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Uberlândia Centro e Campi Avançados Campina Verde e Uberaba Parque Tecnológico.

No intuito de melhorar a gestão dos cursos do IFTM oferecidos na modalidade a distância, em agosto de 2014 foi escrito um projeto para criação do Centro de Referência em Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Em consonância com o plano de expansão da rede tecnológica do governo federal, o projeto do Centro de Referência em Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro foi substituído pelo projeto de criação do campus, onde hoje funciona o Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

O campus foi criado em 30/09/2014 pela portaria 188/2014 e teve seu funcionamento aprovado em 21/01/2015 pela portaria 89/2015.

O campus oferece cursos na modalidade a distância, entre eles Licenciatura em Computação, Letras-Português e Matemática, distribuídos em vários polos na região de abrangência do IFTM. Ainda oferece cursos Técnicos a distância em automação industrial, eletroeletrônica, administração, Serviços públicos, Segurança do trabalho, Informática para internet, Edificações.

O campus também é polo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos e polo também do mestrado profissional em Rede PROFEPT.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, realizou-se no campus, em 2017/18, um curso de aperfeiçoamento em Procedimentos Básicos para o Atendimento Educacional Especializado na rede EPT. O curso foi ofertado na modalidade a distância para mais de 1000 alunos de todas as regiões do país.

O Campus também oferece na modalidade presencial cursos na área de computação: Análise e desenvolvimento de sistemas, Engenharia da computação e Ensino médio integrado ao

técnico em manutenção e suporte a informática, Ensino médio Integrado em Computação Gráfica e Ensino Médio Integrado em Eletrônica.

5. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista os desafios políticos, didático-pedagógicos e metodológicos constantes na educação inclusiva – entendidos como política pública voltada para a formação profissional de qualidade – é imprescindível a consolidação de uma política de formação continuada de profissionais – docentes, técnicos administrativos e gestores educacionais – como uma das maneiras fundamentais para se aprofundar no universo das questões que compõem a realidade desse público, de investigar seus modos de aprender, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de sua aprendizagem no ambiente escolar.

Diante do exposto e sabendo-se da escassez, na formação docente na perspectiva da educação inclusiva, através de temas, tais como a relação trabalho-educação; a gestão democrática participativa; o ambiente virtual de aprendizado, as metodologias de pesquisa científica, as políticas públicas, o AEE para estudantes com necessidades especiais, as necessidades específicas de natureza sensorial, física, motora ou intelectual, as necessidades específicas relativas a transtornos, a produção de materiais e a avaliação estratégica, além dos direitos humanos, diversidade e inclusão.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral:

Instruir profissionais da rede EPT para atuar na educação Inclusiva, Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado.

6.2 Objetivos específicos:

- ☐ Proporcionar a construção de conhecimentos como síntese da formulação e implementação teórico-prática da proposta integrada de educação inclusiva;
- ☐ Fomentar o aprimoramento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade para a prática educacional;
- ☐ Criar condições de identificação e implementação de ferramentas de gestão democrática que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização da educação inclusiva

7. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR - IFTM

O Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, instituído pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo a educação profissional, tem os objetivos de instruir os profissionais ligados a educação para as práticas da educação inclusiva, da acessibilidade e da Tecnologia Assistiva. Estas práticas trazem novos desafios para execução do Programa e sua consolidação como Política Pública em especial. A formação de profissionais para atuação nessa proposta educacional apoia-se em encontrar caminhos em meio às contradições existentes em uma organização social, cuja superestrutura legal e institucional encontra-se moldada pelos valores e interesses do modo de produção capitalista e uma opção de formação de um ser humano emancipado, baseada e derivada de questões e movimentos gestados como forma de reação a essa organização.

A educação inclusiva de forma geral tem sido dilema de discussões institucionais ao longo dos últimos anos, principalmente após novas regulamentações. A Lei Brasileira de Inclusão assegura um sistema educacional inclusivo, mas tal medida, no entanto, não está clara na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão prevê a capacitação de professores. Nesse sentido, propostas de formação para os profissionais da educação que trabalhem ou venham a trabalhar com a educação inclusiva, deverão se ocupar não somente dos aspectos relativos à diversidade e às identidades dos sujeitos, mas também considerar a baixa maleabilidade e precariedade das estruturas educacionais existentes nos sistemas de ensino, além de campos de disputas políticas – do como organizar processos de ensino-aprendizagem com base nos princípios da formação integral, politécnica, na perspectiva da escola unitária e humanizada.

Nesse processo, é preciso não perder de vista o horizonte de que a formação humana cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e a educação profissional deve pautar-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em permanente desenvolvimento.

Assumindo sua responsabilidade na implantação de políticas sistemáticas de formação de formadores, produção de conhecimentos e infraestrutura técnica para o Curso, o Ministério da Educação iniciou, em 2018, o fomento à oferta de cursos de especialização, em nível de pós-graduação Lato Sensu, com a finalidade de construir um quadro de referência e sistematizar concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientem a

implantação e monitoramento do Programa, garantindo a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas.

A necessidade de formação de profissionais que possam atender as novas regulamentações sobre a educação inclusiva fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Integrar trabalho, ciência e tecnologia, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência historicamente construída pela sociedade;
- Proporcionar a troca de experiências na busca do conhecimento e do aprofundamento de concepções, em atividades cognitivas e emocionais, contribuindo, por meio da problematização e produção no ato educativo, em busca de vivências individuais e em grupo.

A natureza do curso exige metodologias integradas e que promovam as ações participativas, laboratoriais, oficinas que permitam atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência pedagógica de cada participante, que emergem e são resignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

8. PERFIL DO EGRESSO

Profissionais com conhecimentos teórico-práticos sobre a Educação Inclusiva na Rede EPT, conteúdo específicos para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, com habilidades nas metodologias da Pesquisa Científica. Sabedores das políticas públicas na rede EPT, do AEE para estudantes com necessidades específicas, dos procedimentos básicos para o atendimento as necessidades específicas de natureza sensorial, física, motora, intelectual e transtornos, da tecnologia assistiva e produção de materiais.

9. LINHAS DE PESQUISA

Linha 1: Estruturação, Organização e Gestão Inclusiva

A linha tem por finalidade acolher temáticas voltadas à formulação de propostas para a estruturação, organização e gestão dos núcleos de inclusão e dos setores de AEE, assim como as experiências em curso, no tocante a ações exitosas e as dificuldades identificadas nos núcleos de inclusão das diversas unidades dos IFs.

Linha 2: Procedimentos e Metodologias Inclusivas

Esta linha objetiva refletir sobre a elaboração de materiais, metodologias, planos e projetos em AEE com destaque para a aplicação, aferição de resultados e os ganhos pedagógicos resultantes. Nesse sentido, as temáticas devem contemplar aspectos teóricos e práticos da aplicação de recursos didáticos e tecnológicos no cotidiano de sala de aula e nas intervenções dos profissionais especializados em apoio ao corpo docente e administrativo.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

10.1. Formas de ingresso:

Os cursistas ingressarão através de processo seletivo conforme edital publicado nos meios de divulgação do IFTM. Serão selecionados os estudantes que atenderem aos seguintes critérios:

- Ser portador de diploma de graduação em qualquer área;
- Ser servidor da rede Federal de Educação profissional e Tecnológica;
- Atuar na perspectiva da educação inclusiva como membro do NAPNE do seu campus ou como professor de AEE;

Caso as vagas não sejam preenchidas com esse público, outros profissionais interessados poderão ingressar.

10.2. Matrícula e periodicidade letiva:

Para matricular-se o(a) candidato(a) aprovado(a) no respectivo processo seletivo deverá apresentar o diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação ou equivalente, observadas as demais normas estabelecidas em edital e no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

O curso tem duração de 14 meses, com carga horária de 360 horas, mais 180 horas para o desenvolvimento do TCC, perfazendo um total de 540 horas.

10.3. Turno de funcionamento, Vagas, nº de turmas e total de vagas anuais:

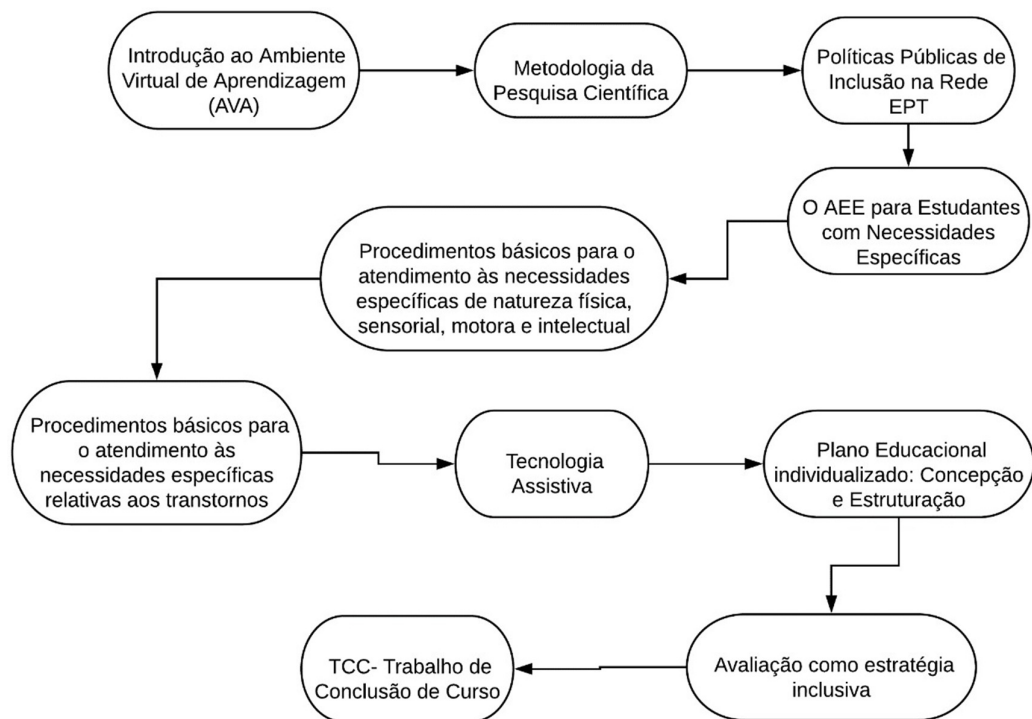
O curso será na modalidade a distância com atividades avaliativas presenciais de acordo com o calendário letivo do IFTM – Campus Avançado Uberaba – Parque Tecnológico. Serão ofertadas 700 vagas para a primeira turma. Não se trata de um curso com oferta regular, visto que novas turmas somente serão iniciadas mediante o recebimento de fomento para esse fim específico.

10.4. Prazo de integralização da carga horária:

Limite mínimo: 14 meses

Limite máximo: 28 meses

10.5. Fluxograma



10.6. Matriz curricular

UNIDADE CURRICULAR	CH
Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	30h
Metodologia da Pesquisa Científica	30h
Políticas Públicas de Inclusão na Rede EPT	45h
O AEE para Estudantes com Necessidades Específicas	45 h
Procedimentos básicos para o atendimento às necessidades específicas de natureza física, sensorial, motora e intelectual	45h
Procedimentos básicos para o atendimento às necessidades específicas relativas aos transtornos	45h
Tecnologia Assistiva	45h
Plano Educacional individualizado: Concepção e Estruturação	45 h
Avaliação como estratégia inclusiva	30h

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso	180h
Total	540

11. UNIDADES CURRICULARES

Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)					
Período Letivo	I	Carga Horária	30	Créditos	2
<p>Ementa</p> <p>O Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle; Os principais recursos utilizados na Educação a Distância; Netiqueta e Plágio; Breve histórico, conceito e evolução da Educação a Distância no Brasil. O papel do professor e do tutor na Educação a Distância e o perfil do aluno na EAD; Aprendizado, autonomia, planejamento e comprometimento na EAD.</p>					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>CORREA, Juliane. Educação a distância: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.</p> <p>LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1997.</p> <p>Complementar:</p> <p>BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>LITTO, Frederich M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. v. 2. São Paulo: Pearson Education, 2012. 212p.</p> <p>PALLOFF, Rena M.; PRATT, Kelth. O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>RAJASINGHAM, Lalita; TIFFIN, John. A universidade virtual e global. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>SILVA, Marcos.; SANTOS, Edmea. Avaliação da aprendizagem em educação online. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2007.</p>					

Metodologia da Pesquisa Científica					
Período Letivo	I	Carga Horária	30	Créditos	2
<p>Ementa</p> <p>Estudos sobre as diferentes formas de pesquisas educacionais; fundamentos teórico-metodológicos, possíveis delineamentos e procedimentos subjacentes às diferentes modalidades; proposta e objetivos do trabalho de conclusão do curso.</p>					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 14724 . Informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.</p> <p>BAGNO, M. Pesquisa na escola. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>SANTOS, C. R. Trabalho de conclusão de curso - guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>Complementar:</p> <p>ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.</p>					

Políticas Públicas de Inclusão na Rede EPT					
Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3
<p>Ementa</p> <p>A trajetória histórica das políticas públicas brasileiras no cenário da Educação profissional e tecnológica inclusiva. A Lei Brasileira da Inclusão – Lei 13.146/2015 e outras legislações que abordam a educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica e as singularidades do atendimento aos estudantes com necessidades específicas.</p>					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação básica.</p>					

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/51322/download?token=iPduFKyi>.

_____. Parecer CNE/CEB nº 2/2013; "terminalidade específica" nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

_____. Resolução nº 024/2003. Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos núcleos de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. NAPNE.

Complementar:

BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2012. LITTO, Frederich M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. v. 2. São Paulo: Pearson Education, 2012. 212p PALLOFF, Rena M.; PRATT, Kelth. O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2007. RAJASINGHAM, Lalita; TIFFIN, John. A universidade virtual e global. Porto Alegre: Artmed, 2007. SILVA, Marcos.; SANTOS, Edmea. Avaliação da aprendizagem em educação online. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

O AEE para Estudantes com Necessidades Específicas					
Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3
Ementa					
O perfil do estudante da Rede EPT; Modelos de sala de recursos multifuncionais adequadas aos cursos da rede EPT; Formas de acompanhamento mediante o curso integrado; Profissionais especializados para o AEE e sua atuação de forma integrada com os NAPNEs.					
BIBLIOGRAFIA					
Básica:					
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05/12/2017.					

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 05/12/2017. 29

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05/12/2017

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05/12/2017.

_____. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: <http://www.andi.org.br/file/51322/download?token=iPduFKyi>. Acesso em: 05/12/2017.

I Parecer CNE/CEB nº 2/2013;"terminalidade específica" nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12517-pceb002-13-pdf&category_slug=fevereiro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05/12/2017.

Resolução nº 024/2003. Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos núcleos de atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. NAPNE. Disponível em: [https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CMPCBE/Doc Ensino/Regulamento-Institucional-dos-Ncleos-de-Atendimento-s-Pessoascom-Necessidades-Educacionais-Especificas NAPNE Res-24 2013.pdf](https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CMPCBE/Doc%20Ensino/Regulamento-Institucional-dos-Ncleos-de-Atendimento-s-Pessoascom-Necessidades-Educacionais-Especificas%20NAPNE%20Res-24%202013.pdf). Acesso em: 05/12/2017.

Complementar:

GÓES, Maria Cecília Rafale de. Políticas de Educação Inclusiva. São Paulo: Autores Associados, 2004.

MAZZOTA, Marcos J. S. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 2003.

ROSA, Dalva E. Gonçalves(org). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Procedimentos básicos para o atendimento às necessidades específicas de natureza física, sensorial, motora e intelectual

Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3
----------------	---	---------------	----	----------	---

<p>Ementa</p> <p>As principais características e a descrição dos procedimentos específicos para atendimento aos estudantes com deficiência visual, surdo-cegueira, surdez, deficiência física, motora e deficiência intelectual.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>PRIOSTE, C; RAIÇA D; MACHADO. M. L. G. 10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental. São Paulo: Avercamp, 2006, 111p.</p> <p>REGIS, Maria Claudia A. Santana. Categorias Literárias – programas de áudio para o incentivo à leitura de deficientes visuais: um olhar transdisciplinar. 2009. 137p. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.</p> <p>REGO, P. M; MANHÃES, L. P. ; KASTRUP, V. Questões acerca da teoria da compensação no campo da Deficiência Visual. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 36, p. 22-27, abr. 2007.</p> <p>Complementar:</p> <p>MIRANDA, A. A. B. Alguns marcos históricos da educação especial. In: A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental. Tese (Doutorado), UNIMEP, 2003.</p> <p>PORTES, R.M.L. Educação Profissional e Inclusão Escolar: Procedimentos básicos para a sistematização das ações de inclusão e atendimento aos alunos com necessidades específicas nos Institutos Federais. Rutiléia Maria de Lima Portes. Editor: Dalmir Pacheco de Souza, 2016.</p> <p>PACHECO, Dalmir. Deficiência e Política Pública: Reflexões sobre humanos invisíveis. Editor: Dalmir Pacheco de Souza. 2016.</p>

Procedimentos básicos para o atendimento às necessidades específicas relativas aos transtornos					
Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3
<p>Ementa</p> <p>A caracterização dos transtornos do espectro autista, dos transtornos psiquiátricos e distúrbios de aprendizagem e a repercussão na educação escolar. As estratégias e os procedimentos que auxiliam os professores na lida diária com tais estudantes.</p>					

BIBLIOGRAFIA

Básica:

ALVAREZ, Anne. Companhia viva: Psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

AMY, Dominique Marie. Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B. Distúrbios Globais do desenvolvimento. In: Estilos da clínica; 3 (2): 103-110 jul/dez. 2002. ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. Revista brasileira de psiquiatria 22 (2): 37-39 dez. 2000.

AVELAR, Maria Stela de Figueiredo. Autismo e família: uma pequena grande história de amor. Bauru: Edusc, 2001.

BOSA, Cleonice; BAPTISTA, Cláudio Roberto. Autismo e Educação – reflexões e propostas de intervenção. Editora Artmed. 2001. BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. Autismo: Breve revisão de diferentes abordagens. Psicol. Reflex. Crit.; 13 (1): 167-177. 1997. CABRAL, Suzana Veloso. Psicomotricidade Relacional- Prática Clínica e Escolar. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

CAIXETA, Leonardo; NITRINI Ricardo. Teoria da mente: Uma revisão com enfoque na sua incorporação pela psicologia médica. Psicol. Reflex. Crit.; 15 (1): 105-112. 2002.

Complementar:

American Psychiatric Association (2002). DSM-IV-TR : Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. (tradução: Cláudia Dornelles). 4ed.rev. Porto Alegre: Artmed.

ARAÚJO, C.A. (1997) Síndrome de Asperger – Aspectos Psicológicos. Em F.B. Assumpção Jr. (org.), Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil. São Paulo: Lemos Editorial.

BOSA, C. e Callias, M. (2000) Autismo: Breve Revisão de Diferentes Abordagens. Psicologia: Reflexão e Crítica, 13, 1, 167–177.

KANNER, L. (1997) Os Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo. Em P.S. Rocha (org.), Autismos. São Paulo: Ed. Escuta; Recife: Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem.

Organização Mundial da Saúde (1998) Critérios diagnósticos para pesquisa: classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10. 32 (tradução: Maria Lúcia Domingues; consultoria, supervisão e revisão técnica: Dorgival Caetano). Porto Alegre: Artes Médicas.

Tecnologia Assistiva					
Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3
<p>Ementa</p> <p>Conceito e Objetivo da Tecnologia Assistiva, fundamentos, classificação e Categorias. Estratégias pedagógicas alinhadas às tecnologias assistivas. Tecnologia de informação e comunicação.</p>					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>BRASIL, 2015. Lei 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.</p> <p>BRASIL, 2012. PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 362, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012. Disponível em: < http://www.fazenda.gov.br/acesso-ainformacao/institucional/legislacao/portariasinterministeriais/2012/arquivos/portaria362.pdf>.</p> <p>BERSCH, RITA. Introdução à Tecnologia Assistiva. Disponível em http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf</p> <p>SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. Tecnologia Assistiva. 2014. Disponível em http://www.assistiva.com.br/tassistiva.htm.</p> <p>Complementar:</p> <p>B BACK, Nelson. Metodologia de Projeto de Produtos Industriais. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Dois, 1983.</p> <p>BAXTER, Mike. Projeto de Produto. 2a ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1995.</p> <p>PAHL, G.; BEITZ, W.; FELDHUSEN, J.; GROTE, K. In WALLACE, K. M. Projeto na Engenharia; fundamentos do desenvolvimento eficaz de produtos – métodos e aplicações. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2005.</p> <p>BAXTER, M. Projeto de produto; guia prático para o desenvolvimento de novos produtos. Editora Edgard Blücher Ltda, 1998.</p>					

Plano Educacional individualizado: Concepção e Estruturação					
Período Letivo	I	Carga Horária	45	Créditos	3

Ementa

Construção e possibilidades de planos educacionais de acordo com as singularidades de seus estudantes. Registro das estratégias de acompanhamento tais como: Histórico pessoal e escolar, habilidades básicas, flexibilização metodológica, didática, curricular e avaliação.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

AINSCOW, M. Comprendiendo el desarrollo de escuelas inclusivas. 2000.

BATISTA, M.C.A.; MANTOAN, M.T.E. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. Brasília. MEC, SEESP, 2005.

BICUDO, M.A.V; SILVA JÚNIOR, C.A. (Org.). Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua, v.2. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 2001.

Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CARVALHO, R.E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SEBASTIAN, E. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, jul./dez.2010.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Webgrafia:

Avaliação como estratégia inclusiva					
Período Letivo	I	Carga Horária	30	Créditos	2
<p>Ementa</p> <p>Concepções de avaliação inclusiva, modelos e formas de avaliação com base nas especificidades de cada estudante. Mudanças de paradigmas condizentes aos modelos de educação inclusiva.</p>					
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>Básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conferência Nacional de Educação para Todos. Acordo Nacional. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993.</p> <p>_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Brasília. MEC/SEESP. 1995.</p> <p>_____. Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência: Lei nº. 78853/89, Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE, 1996</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Adaptações curriculares em ação. MEC/SEESP. Brasília, 2002.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. MEC/SEESP. Brasília, 2002.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília, 2002.</p> <p>BRYAN, J. Conversando sobre deficientes. São Paulo: Moderna, 1997.</p> <p>CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação - Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Artes Médicas, Vol. 3: 1995.</p> <p>CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.</p> <p>DELDINE, R. O desenvolvimento psicológico da criança. Bauru: EDUSC, 1999.</p> <p>Complementar:</p>					

AQUINO, J. (Org.) Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: summus Editorial, 1998.

ARANHA, M. S. F. A integração do deficiente: análise conceitual e metodológica. Temas em psicologia, nº. 2, SBP. Ribeirão Preto (SP), 1997.

_____. Inclusão Social e Municipalização. In. MANZINI, E. J. (ORG.) Educação especial: temas atuais. Marília: UNESP, 2000.

_____. O processo de mobilização social na construção de um contexto comunitário inclusivo. In: OLIVEIRA, M. L. W. (ORG.), Inclusão e cidadania. Niterói (RJ) Nota Bene Editora, 2000.

BASSEDAS, E.: HUGUET et al. Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BIANCHETTI, L. ; Freire, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas, SP: Papirus, Série Educação Especial, 1998.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência/Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: CORDE, 1992._____.

Ministério da Educação e do Desporto. Conferência Nacional de Educação para Todos. Acordo Nacional. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993._____.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Brasília. MEC/SEESP. 1995.

_____. Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência: Lei nº. 78853/89, Decreto nº 914/93. Brasília: CORDE, 1996

12. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O curso adota a metodologia do ensino com aulas à distância, com a utilização do sistema de módulos na organização do conteúdo programático. Distribuídos em 360 horas, mais 180 horas, de forma concomitante, para elaboração do trabalho de conclusão de curso. Os recursos metodológicos se traduzem por aulas dialógicas; seminários; trabalhos em grupo; pesquisas na rede mundial de computadores; enquetes; metodologia de projetos; metodologia de resolução de problemas; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a projetos educacionais

e na educação à distância proceder-se-á utilizando os mecanismos de inter-relação aluno/professor, e-mail, ferramentas do Moodle como fóruns, chats, mensagens e outros. O uso de métodos de ensino pode ser indicado, especialmente, por meio da metodologia de projetos; de resolução de problemas; de projetos interdisciplinares.

A integração teoria-prática é proposta a partir de problemas em situações reais; reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada; estudos de caso; realização de oficinas.

Serão introduzidos no processo ensino-aprendizagem aspectos de inovação conceitual e pedagógica, mediante:

- Debates e discussões com personalidades da esfera pública e privada, envolvidos direta ou indiretamente com essa esfera educacional;
- Debates e discussões com representantes de Instituições Educacionais, Associações, Sindicatos e Movimentos Sociais;
- Realização de atividades práticas e laboratoriais e de oficinas temáticas.

Momentos presenciais:

Serão realizados encontros presenciais no campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, que deverá garantir espaços que permitam a interação, a constante reflexão, as atividades práticas, os debates, a avaliação dos conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes. Os encontros presenciais acontecerão uma vez por semestre, aos sábados, com duração de 8 (oito) horas. A metodologia adotada é participativa, o que permite o desenvolvimento do estudante por métodos socializantes, sócio-individualizantes e individuais para poder atingir todos os participantes, abrangendo as suas diversidades. A participação nos encontros presenciais é obrigatória.

Momentos não presenciais:

Os momentos não presenciais ocorrerão por meio do autoestudo, através da Internet, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) representando pela plataforma Moodle.

Também será utilizada a videoconferência com os professores especialistas e tutor, ou conforme a necessidade percebida pelos tutores e estudantes.

O material didático produzido para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos buscará estimular o estudo e a produção individual e coletiva de cada estudante, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação de práticas centradas na compreensão e experimentações.

<p>Cada unidade curricular utilizará material em diversas mídias, conforme seu planejamento pedagógico, onde constará o conteúdo que o estudante precisa estudar, além de exercícios. Esse material será colocado à disposição dos estudantes por meio do AVA.</p>
<p>12.1. Interdisciplinaridade</p>
<p>A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos de análise da educação profissional e da educação das pessoas com necessidades específicas na modalidade inclusiva sendo a interdisciplinaridade constituinte e constituidora do curso, considerando-se que todos os conteúdos propostos nas disciplinas convergem numa grande problemática: a educação inclusiva na rede EPT. As políticas públicas oferecem a base legal para a definição dos procedimentos para o atendimento às necessidades específicas, os quais demandam o uso de tecnologia assistiva, a aplicação do plano educacional individualizado, bem como de estratégias avaliativas para o sucesso dos educandos com necessidades específicas. Assim, tais aspectos, embora com foco especial em disciplinas distintas, se constituem como tal de forma interdependente e interdisciplinar.</p>
<p>12.2. Atividades complementares</p>
<p>As experiências cotidianas dos estudantes nos NAPNES E AEEs da rede EPT constituem como atividades complementares aos conteúdos do curso, lhes possibilitando estabelecer relações teórico-práticas acerca da educação inclusiva.</p> <p>Esses conhecimentos complementares serão observados nas propostas das atividades de estudo e de avaliação, constituindo-se como base para o aprendizado.</p>

<p>13. ATIVIDADES ACADÊMICAS</p>
<p>13.1 Trabalho de conclusão de curso – TCC</p>
<p>O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC constitui-se em uma atividade científica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, cuja exigência é requisito obrigatório para a integralização curricular/conclusão do curso, devendo ser realizado individualmente.</p> <p>O TCC compreenderá, preferencialmente, um projeto de pesquisa-intervenção cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria experiência profissional do aluno, em consonância com a área de concentração do curso e com os objetivos do mesmo.</p>

A modalidade/formato, a elaboração e a apresentação/defesa do TCC serão de acordo com o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Manual para Normatização de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação Lato Sensu do IFTM.

A orientação do TCC será de responsabilidade de um orientador selecionado para essa finalidade.

Caso o estudante não o entregue com as correções no prazo determinado, ele estará automaticamente reprovado.

O estudante que integralizar as unidades curriculares, com aproveitamento, porém não atender às exigências de TCC, poderá requerer certificado referente às mesmas.

A conclusão das atividades pertinentes ao TCC ocorrerá em encontro presencial no polo Uberaba, onde os alunos apresentarão seus trabalhos para avaliação de uma banca examinadora.

13.2. Atividades acadêmicas, científicas e culturais ou atividades complementares

A carga horária total é distribuída em atividades teóricas e práticas, individuais e/ou em grupos, seminários e outras centradas na autoaprendizagem, com mediação de recursos didáticos organizados por diferentes tecnologias. As atividades durante o curso serão ministradas em sala de aula.

14. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

14.1. Relação com a pesquisa

O trabalho emerge como princípio educativo, por ser ele delineador de sujeitos – professores e alunos – que ao se formarem, transformam a si e ao mundo. Os conhecimentos adquiridos na prática do trabalho pedagógico precisam, portanto, emergir para serem valorizados, dialogando com as abordagens dos componentes curriculares do curso, para poderem ser resinificados e apreendidos novamente pelos sujeitos cursistas, subsidiando mudanças na continuidade da ação pedagógica. Assim, propõe-se que o conteúdo programático contemple tanto as dimensões teórico-conceituais quanto os métodos de pesquisa próprios de cada campo da ciência, criando a possibilidade de realização de exercícios de investigação, que possibilitem a aplicação de aspectos conceituais nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas.

14.2. Relação com a extensão

Destacamos a implementação de políticas de fomento às atividades que permitam a integração da instituição com a comunidade. A extensão é aqui tratada como eixo fundante, pois é a partir dela que encontramos espaço de socialização e experimentação de conhecimentos e vivência prática dos estudos em ambientes reais, como nas escolas, nas coordenadorias e secretarias de educação, e também nas empresas e organizações da sociedade civil, sempre com o objetivo de uma interferência dupla, tanto no local da extensão como no próprio curso.

Além disso, diferentes atividades são desenvolvidas pelos alunos e professores do curso prestando serviços à comunidade interna e externa no âmbito das competências previstas neste projeto pela matriz curricular, que traduzem essa relação com a Extensão.

14.3. Relação com os outros cursos da instituição ou área respectiva

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva envidará esforços para integração de ações de ensino, pesquisa e extensão com outros cursos ofertados pelos Institutos de Ensino da Rede Federal, por exemplo, principalmente com os cursos Técnicos, FIC e Licenciaturas, no sentido de analisar o currículo e as metodologias voltadas ao público alvo da especialização.

15. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade em constante desenvolvimento que permite aprender e continuar aprendendo e que possibilita a tomada de decisões acerca do melhoramento do processo de ensino-aprendizagem, ao identificar impasses e encontrar alternativas para superá-los.

A prática pedagógica articula-se com a avaliação e é neste entrelaçamento que o ato educativo se consolida. Se a avaliação deve existir em função da própria aprendizagem, e se os objetivos e metodologias educacionais são diversificados, variadas e diferentes também serão as técnicas para se avaliar a aprendizagem.

Assim, a avaliação deverá ser diagnóstica, contínua, inclusiva e processual e se pautar pela utilização de instrumentos diversificados, tais como: execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, resolução de problemas, provas discursivas, objetivas e práticas, e outros pertinentes aos objetivos pretendidos.

O processo de avaliação de aprendizagem do curso não acontecerá apenas ao final do mesmo, mas durante todo o processo, de forma constante e contínua, demarcada pela observação

direta da participação dos estudantes nas diversas atividades programadas, individuais e coletivas.

O processo de avaliação será definido pelos professores ministrantes de cada unidade curricular, devendo constar de:

- Participação em aulas;
- Frequência (pontualidade e assiduidade);
- Comprometimento com o curso;
- Domínio de conteúdo;

A frequência e o acompanhamento do processo de aprendizagem de cada estudante serão efetivados por meio dos seguintes procedimentos:

- Registro regular apresentado de forma impressa ou no diário eletrônico – sistema acadêmico, onde constarão as atividades e as experiências vivenciadas pelo estudante.
- Produção de projetos que possibilitem sínteses dos conhecimentos apreendidos.
- Apresentação de resultados de trabalhos, estudos e pesquisas realizadas a cada término de unidade curricular que reiteram a avaliação presencial.
- Os estudantes deverão frequentar o mínimo de 75% dos encontros presenciais. O tutor fará a orientação e o acompanhamento dos estudantes observando a sua participação e o comprometimento com as atividades desenvolvidas.

Também serão consideradas as informações fornecidas pelo tutor para efeito de controle do compromisso do estudante com as atividades online sob sua responsabilidade direta.

15.1. Da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação de conhecimentos, valores e habilidades necessários à formação profissional.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de acompanhamento constante do estudante, mediante participação e realização de atividades, trabalhos e/ou provas e deve recair sobre os objetivos e/ou competências de cada unidade curricular e dos que compõem o perfil profissional.

Recomenda-se, portanto, que a avaliação, como parte integrante do processo educativo, deva acontecer ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual.

Os instrumentos de avaliação poderão ser tantos quantos forem necessários, utilizando-se para isso exercícios, provas, testes, experimentos, estudos de caso, entrevistas, questionário, fórum, chats, exercícios on-line. As leituras e atividades propostas dentro das horas

consideradas à distância seguirão o mesmo padrão das atividades realizadas presencialmente e servirão como instrumento de preparo para que, no decorrer do curso o aluno possa obter o máximo aproveitamento possível e esteja apto a construir um trabalho de conclusão de curso. Ao final do período letivo, para cada unidade curricular serão totalizadas e registradas as faltas e uma única nota/conceito.

O resultado final das atividades avaliativas desenvolvidas em cada unidade curricular, em relação ao período letivo, quanto ao alcance de objetivos e/ou construção de competências, será expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com a tabela a seguir:

Conceito	Descrição do desempenho	Percentual (%)
A	O estudante atingiu seu desempenho com excelência	De 90 a 100
B	O estudante atingiu o desempenho com eficiência	De 70 a 89
C	O estudante atingiu o desempenho mínimo necessário	De 60 a 69
R	O estudante não atingiu o desempenho mínimo necessário	De 0 a 59

O aluno deverá ter aproveitamento mínimo de 60% (conceito C) em cada unidade curricular.

As avaliações dos alunos baseiam-se nas competências adquiridas ao longo do curso.

O estudante será considerado aprovado na unidade curricular quando obtiver, no mínimo, conceito “C” na avaliação da aprendizagem e 75% de frequência às aulas.

Além das unidades curriculares cursadas com aproveitamento, para concluir o curso de Pós-Graduação lato sensu, nível de Especialização, o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em uma das duas linhas de pesquisa: Linha 1: Estruturação, Organização e Gestão Inclusiva ou Linha 2: Procedimentos e Metodologias Inclusivas.

15.2. Da instituição (pelos alunos)

A avaliação da Instituição deve ser realizada através de questionários online em consonância com os critérios definidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, pelo sistema de avaliação institucional adotado pelo Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico e pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

15.3. Auto-avaliação

O desenvolvimento do planejamento à execução do curso é institucionalmente acompanhado e permanentemente avaliado, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários à sua contextualização, aperfeiçoamento e atualização. A avaliação do curso é de responsabilidade da coordenação de curso. A avaliação interna do curso acontece de duas formas: sistemática,

no seu decorrer, por meio de reuniões com alunos e/ou com seus representantes, com docentes, com averiguações in loco, por meio de sugestões apresentadas pelos alunos a partir de suas experiências e de forma anual, utilizando como ferramenta principal a aplicação de questionário. Estes dados, no seu conjunto, são a âncora para nortear e implementar ações que visem a melhoria da qualidade do curso e do ensino oferecidos na instituição.

A autoavaliação do curso é realizada em consonância com a avaliação institucional anual realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

16. FREQUÊNCIA

A frequência mínima exigida às atividades didático-pedagógicas é de 75% (setenta e cinco por cento), conforme regulamento interno e legislação vigentes. Essa frequência é aferida através da realização das atividades no ambiente virtual e também da presença nos encontros presenciais.

17. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos consiste no reconhecimento de unidades curriculares, competências e/ou módulos cursados em outro curso do mesmo nível de ensino ou superior, na mesma ou em outra instituição.

No curso de pós-graduação lato sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva poderá haver aproveitamento de conhecimentos adquiridos, para fins de prosseguimento nos estudos, de unidades curriculares, competências e/ou módulos cursados com aprovação na mesma área ou afins, de acordo com a tabela do MEC, e que tenham sido cursados no período de até 4 (quatro) anos anteriores à data da solicitação de aproveitamento. O aproveitamento será de até 25% (vinte e cinco por cento) das unidades curriculares que compõem a Matriz Curricular do curso.

Para solicitar o aproveitamento, o estudante deverá protocolar requerimento na Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) ou equivalente, conforme prazo estabelecido no Calendário Acadêmico do IFTM.

O estudo da equivalência da(s) unidade(s) curricular(es), será feito pela Coordenação do Curso e pelo professor da área, observando a compatibilidade de carga horária, as bases científico-tecnológicas e o tempo decorrido da conclusão da(s) unidade(s)

curricular(es), à luz da legislação que disciplina o tema e da regulamentação interna específica. Caso seja julgado necessário, o estudante será orientado a realizar a complementação de carga horária e/ou de conteúdo.

Situações especiais serão apreciadas pela coordenação e pelo Colegiado do Curso.

18. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento aos discentes do curso de Especialização na modalidade à distância é realizado por meio de tutores, do Núcleo de Apoio Pedagógico, da Coordenação do curso e da Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA).

No que se refere ao atendimento apropriado aos estudantes portadores de necessidades educacionais específicas, o IFTM dispõe do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). O Núcleo é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e ao setor responsável pelo atendimento ao educando em cada Campus. É um programa permanente que tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar do estudante com necessidades educacionais específicas (com deficiência, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento). O NAPNE promove, em conjunto com os demais setores do IFTM, suporte técnico, científico, acadêmico e pedagógico necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área da educação especial e inclusiva, sob a perspectiva da cultura da diversidade humana. Atua na assessoria de planejamento e execução de projetos de formação continuada de professores para a Educação Especial, destinados à comunidade interna e externa do IFTM e desencadeia e acompanha ações que se refere também à acessibilidade, no atendimento à legislação vigente. Para o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito do IFTM, são adotadas medidas que assegurem a oferta de recursos e serviços de acessibilidade, atendendo ao disposto na legislação referente aos direitos destas pessoas. Condições que abrangem a disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade, físicos e pedagógicos, e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação e desenvolvimento de sua aprendizagem. Além disso, visa assegurar a acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes, a fim de que os discentes e demais membros da comunidade acadêmica e

sociedade em geral tenham garantido o direito de ir e vir com segurança e autonomia. Como

exemplo: rampas, corrimão, banheiros adaptados; vagas destinadas a deficientes, bebedouro adaptado, dentre outros.

O Programa de Ações Afirmativas do IFTM, aprovado pelo CONSUP, Resolução nº 39/2012, de 26 de novembro de 2012 que sistematiza e orienta as ações afirmativas no âmbito do IFTM. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, denominado NEABI/IFTM, tem a finalidade de implementar a Lei nº 11.645/2008, que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, pautada na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Encontro de egressos: realizados anualmente com o objetivo de verificar a empregabilidade no mundo do trabalho, local e regional; avaliar a qualidade dos cursos; verificar a necessidade de continuidade do processo ensino aprendizagem; registrar a continuidade dos estudos dos egressos.

18.1 Atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais

Considerando o disposto nas Leis n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e 9.131 de 24 de novembro de 1995, no Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997 e na Portaria/MEC n.º 1.679, de 2 de dezembro de 1999, o IFTM possui infraestrutura e requisitos de acessibilidade, assegurando mobilidade e acesso aos recursos tecnológicos e bibliográficos, bem como a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comportamentais e de comunicação.

18.2 Equipe do curso

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar será composta de profissionais pertencentes ao IFTM, como efetivos ou contratados, e também profissionais selecionados através de editais de chamada pública.

Coordenador de curso – profissional do quadro efetivo do IFTM, com formação mínima de especialização na área de educação. Responsável pela gestão do curso e possui as seguintes atribuições:

- I. Convocar e presidir reuniões e executar as providências decorrentes das decisões tomadas;
- II. Realizar o acompanhamento e avaliação dos cursos, em conjunto com a Equipe Pedagógica;

- III. Orientar os estudantes quanto à matrícula e integralização do curso, no caso de alunos com reprovação, reingresso, trancamento e adaptação de matriz curricular;
 - IV. Pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação de estudantes, quando for o caso;
 - V. Participar da elaboração do calendário acadêmico;
 - VI. Elaborar o horário do curso em articulação com as demais coordenações;
 - VII. Atuar em conjunto com a Equipe Pedagógica no planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares, atividades acadêmicas e desempenho dos estudantes;
 - VIII. Colaborar com a Comissão Própria de Avaliação - CPA na avaliação do curso;
 - IX. Representar o curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos à Instituição;
 - X. Coordenar, em conjunto com a Equipe Pedagógica, o processo de elaboração, execução, atualização e divulgação do Projeto Pedagógico do Curso;
 - XI. Incentivar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
 - XII. Colaborar com a CRCA na análise e emissão de parecer sobre a aceitação de matrículas de estudantes transferidos ou desistentes.
 - XIII. Participar e apoiar a organização de atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, seminários, simpósios, cursos, dentre outras);
 - XIV. Participar da organização e aplicação de estratégias de divulgação da instituição e do curso;
 - XV. Colaborar com ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos do curso, bem como sua manutenção;
 - XVI. Participar do processo de seleção dos professores que irão atuar no curso;
 - XVII. Acompanhar e propor formas de organização do processo de seleção dos estudantes;
 - XVIII. Prestar, juntamente com a Equipe Pedagógica, a qualquer tempo, todas as informações requeridas pelo Instituto e pela comunidade sobre o curso sob a sua coordenação.
- Coordenador de tutoria – Profissional do quadro do IFTM, com formação mínima de especialização. Responsável pela formação e homogeneização das ações dos tutores. Juntamente com o coordenador do curso e professor especialista é responsável pela atuação dos tutores de modo a garantir o bom andamento das ações previstas para cada unidade curricular.
- Coordenador Pedagógico – profissional do IFTM, formado em Pedagogia com conhecimentos em informática. Fará o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, no que se refere ao desempenho do aluno e do professor/tutor.

Professor formador – professor do IFTM ou de instituição de ensino externa, pública ou privada, a ser selecionado por edital, com pós-graduação e experiência docente, e atuação na área da disciplina que ministra. Esse professor planeja e gerencia todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem na disciplina de sua responsabilidade.

Tutor – profissional graduado na área de Educação ou com graduação em qualquer área com pós-graduação na área de educação. O tutor fará a orientação e o acompanhamento das atividades dos alunos online através do ambiente colaborativo de aprendizagem, tirando dúvidas e corrigindo tarefas. O tutor realizará atividades nos encontros presenciais, de acordo com o planejamento das disciplinas e da Coordenação de curso.

A responsabilidade de cada profissional diretamente envolvido com a aprendizagem do aluno está em pesquisar, planejar e aperfeiçoar as metodologias mais adequadas para os temas desenvolvidos com os estudantes.

A atuação dos profissionais em EAD apresenta características diferenciadas e claras quanto ao seu papel, pois cada um em sua especificidade será um incentivador dos alunos na busca pelo conhecimento.

19. CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do curso será selecionado através de processo seletivo. Sendo como requisitos para participação do processo seletivo: ser servidor público da Rede Federal de Educação, possuir graduação em qualquer área desde que tenha pós-graduação e experiência de atuação comprovada dentro da temática da inclusão educacional e experiência docente de, no mínimo, um ano no ensino superior ou técnico.

20. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO CAMPUS

Nível Superior			Nível Intermediário			Nível de Apoio		
20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40 h	20 h	30 h	40
-	-	17	-	-	1	-	-	-

21. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FORMAÇÃO

Título	Quantidade
Doutor	-
Mestre	3
Especialista	2
Aperfeiçoamento	-
Graduação	1

Médio Completo	-
Médio Incompleto	-
Fundamental Completo	-
Fundamental Incompleto	-
Total de servidores	1

22. TECNOLOGIA
<p>A tecnologia empregada para o curso, principalmente no que diz respeito às atividades realizadas a distância, será a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 (um) computador servidor com Sistema Operacional Linux e plataforma de ensino Moodle para disponibilização aos docentes e discentes; • Laboratórios de informática com software livre com acesso a Internet; • Recursos de multimídia. <p>A produção do material de apoio será realizada pelos docentes e posteriormente disponibilizado aos alunos do curso em formato online.</p> <p>As atividades presenciais que envolvem a tecnologia serão realizadas no laboratório de informática do campus. As tutorias poderão ser realizadas por e-mail e pelo próprio moodle, pelos professores e tutores.</p>

23. AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO		
23.1. Salas de aula/ professor/auditório/reunião/ginásio/outros		
Ambiente	Quantidade	Área (m²)
Anfiteatro com 400 lugares	1	300
Biblioteca	1	53,10
Ginásio poliesportivo	1	333,52
Laboratório de Física, Eletrônica e Microcontroladores (109)	1	42,50
Laboratório de Controle de Processos, Acionamentos elétricos e Automação Industrial (110)	1	46,20
Laboratório de eletrônica (115)	1	30
Laboratórios de informática	7	301 – 51,48
		302 58,32

		304 – 92,70 401 – 53,10 403 53,10 114 84,80 113 50,40
Mini Auditório com 50 lugares	1	61,80
Núcleo TIC (105)	2	Sala 105 e 303 – 44,45
Pátio Convivência	03	100
Praça de Alimentação	1	Cantina 98,23
Sala da Coordenação de Estágio (103)	01	15
Sala da empresa júnior (111)	1	25,41
Sala de Administração (106)	01	32
Sala de Coordenação de Curso (116)	01	16
Sala de Coordenação de Registros Acadêmicos (Secretaria) (101 e sala de vidro)	02	42,7
Sala de Coordenação Pedagógica (108)	01	61,6
Sala de Direção (104)	01	20
Sala de Professores (107)	01	32
Salas de aula (402 e 404)	02	53
Sanitários	16	-

23.2. Biblioteca

A Biblioteca está instalada em um espaço físico de 53 m², com espaços destinados aos serviços administrativos e aos acervos.

O atendimento é de segunda a sexta-feira em horários variados que propiciam o atendimento aos alunos nos três períodos do dia. A biblioteca possui 02 servidores.

É concedido o empréstimo domiciliar de livros aos usuários vinculados ao Campus Uberaba Parque Tecnológico, cadastrados na biblioteca. O acesso à internet está disponível no recinto da biblioteca por meio de 2 microcomputadores para pesquisa.

Alunos e professores poderão consultar livros, monografias, teses, vídeos, CD-ROMs e periódicos por meio de um sistema central de informações online possibilitando, assim, o uso pleno dos serviços e recursos por um universo maior de usuários, durante 24 horas por dia.

23.3. Laboratórios

- Laboratório de Informática 113 (36 postos de trabalho)

Dezenove (19) Computadores OPTIPLEX 9020 – i5 (3.2 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 1 Tb, Gravador

de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor LED 23', Windows 10 Pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 114 (50 postos de trabalho)

Trinta e Três (33) Computadores OPTIPLEX 9020 – i5 (3.2 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 1 Tb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor LED 23', Windows 10 Pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 301 (32 postos de trabalho)

Trinta e sete (17) Computadores OPTIPLEX 790 – i3 2120 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bit, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 302 (36 postos de trabalho)

Vinte e dois (22) Computadores HP 800 ssf – i5 4590 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333/1600 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR3, 6 portas USB 2.0, 4 portas USB 3.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 500 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor V206Hz LED de 20', Windows 10 pro 64 Bits, Linux Mint 17.03, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 304 (50 postos de trabalho)

Trinta e Três (33) Computadores OPTIPLEX 790 – i3 2120 (3.3 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado 170USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 8.1 64Bit, Máquina Virtual Linux Ubuntu 14.04, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 401 (32 postos de trabalho)

Dezessete (17) Computadores OPTIPLEX 780 – core 2 duo (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 2 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bit, Linux Ubuntu 12.04, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

- Laboratório de Informática 403 (32 postos de trabalho)

Quinze (15) Computadores OPTIPLEX 755 – core 2 duo (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 2GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bits, Linux Mint 17.2, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

Dois (2) Computadores OPTIPLEX 780 – core 2 duo (3.0 Ghz, 6Mb L2 Cache, 1333 Mhz) 4 GB de memória RAM DDR2, 8 portas USB 2.0, Placa de Rede Ethernet 1 Gigabit, Placa de Som Integrada, Placa de Vídeo Integrada, HD 250 Gb, Gravador de DVD, Mouse óptico USB, Teclado USB ABTN2, Monitor Flat Panel 17' (LCD), Windows 7 32 Bits, Linux Mint 17.2, com acesso à internet, 01 projetor multimídia.

24. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Entende-se a educação a distância como um diálogo mediado por objetos de aprendizagem, os quais são projetados para substituir a presencialidade do professor. Assim, os materiais e objetos didáticos adquirem uma importância fundamental no planejamento de cursos a distância. Dentre os meios e recursos didáticos possíveis, planeja-se utilizar basicamente:

- materiais instrumentais: seja para utilização em aulas práticas de laboratório, seja para observações individuais domésticas a partir de elementos da própria realidade do estudante. Importante aqui é ressaltar a grande quantidade de objetos de aprendizagem já disponíveis nos diversos “sites” da Internet.
- materiais audiovisuais: fitas de áudio, vídeo, transmissões de programas por televisão.
- suporte informático: sistemas multimeios (CD-ROM), videoconferência.
- Internet.

O material didático do curso será apresentado impresso e em mídia digital, possibilitando o acompanhamento do estudante por meio de textos adaptados à linguagem em educação a

distância, disponíveis para impressão ou leitura no computador no ambiente virtual de aprendizagem do curso.

O estudante terá acesso ao conteúdo disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) através da plataforma Moodle, ambiente este que oferece potencialidades para o desenvolvimento dos estudos e possibilita maior interatividade entre o tutor e o estudante, mediante utilização das ferramentas descritas abaixo:

FERRAMENTAS DE INTERATIVIDADE

- Sítio do curso: agrega o conteúdo e as informações relativas ao curso de forma a aproveitar o potencial pedagógico do computador; permitindo a troca de mensagens, o envio de avisos, a possibilidade de atividades avaliativas, além de oferecer materiais complementares de estudo.
- Correio Eletrônico (mensagens): possibilita comunicações entre os atores envolvidos no processo de aprendizagem; as mensagens ficam registradas tanto no ambiente virtual de aprendizagem, como no e-mail cadastrado para o participante.
- Bate-papo (chat): possibilita comunicações síncronas entre os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem.
- Fórum: promove discussão assíncrona e permite que todas as mensagens trocadas fiquem registradas, oferecendo aos participantes a possibilidade de acompanhamento das discussões no decorrer do curso e uma avaliação mais detalhada da participação do estudante.
- Diário de Bordo: possibilita o diálogo direto e pessoal do estudante com o tutor de sua turma, a fim de que discutam notas/conceitos, orientações e dificuldades enfrentadas.
- Tarefa: Permite que atividades de avaliação sejam propostas pelo professor/tutor e postadas pelos alunos, seguidas de avaliações com feedbacks, comentários e notas.

25. CERTIFICAÇÃO

O Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva será emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Avançado Uberaba – Parque Tecnológica para os estudantes que obtiverem frequência de no mínimo 75%, aproveitamento nas unidades curriculares e no TCC.

Ao concluir todas as etapas do curso e atender todas as exigências acadêmicas legais o estudante fará jus ao Título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

O estudante que obtiver frequência mínima e integralizar apenas as unidades curriculares poderá requerer certificado das unidades curriculares cursadas. O certificado será registrado na reitoria do IFTM.

26. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os Indicadores de Desempenho serão informados pelo coordenador do curso e/ou conforme regulamentação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro IFTM e conforme previsto pela respectiva CPA, com base no SINAES. Os indicadores apontados pelo Roteiro Básico da Comissão SESU/INEP são:

- Número de estudantes formados;
- Índice máximo de evasão admitido: 25%;
- Produção científica: todos os estudantes concluintes do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva devem elaborar Trabalho de Conclusão de Curso conforme o item 13.1;
- Número mínimo de estudantes para manutenção da turma: 75% do número total de estudantes que iniciaram o curso;
- Número máximo de estudantes por turma: 700 estudantes.